

23/02/2017 - Telesíntese

Telebras vai privatizar o seu satélite para as grandes operadoras de telecom

A Telebras apresentou hoje, 23, em audiência pública o modelo de negócios do satélite geoestacionário brasileiro, que custou cerca de R\$ 2 bilhões do orçamento público e vai ser lançado no próximo 21 de março. A empresa decidiu dividir a capacidade civil do satélite em quatro lotes: três deles serão vendidos a operadoras privadas pelo maior maior preço. E aquela que comprar o lote 1 conquistará o direito de administrar o lote 4, da Telebras, a quem prestará serviços de gerenciamento e fornecerá equipamentos.

A Telebras vai vender os transponders para as empresas que oferecerem o maior valor monetário no leilão a ser realizado. As empresas que comprarem a capacidade do satélite da Telebras não terão qualquer obrigação de atendimento, meta de universalização, ou preço mínimo para vender a sua banda larga.

Com seu lote de 11 Gbps (o lote 4), a Telebras vai atender às demandas sociais, como levar banda larga às escolas, postos de saúde, hospitais, postos de fronteira, especialmente na região amazônica e em outras regiões de baixa densidade demográfica. Teoricamente, atenderia também à demanda de provedores regionais praticando um preço mais acessível na venda da capacidade. Mas como vai praticar esse preço, se vai comprar serviços de gerenciamento e antenas VSAT do vencedor do lote 1 que será a operadora que der o maior preço pelo lote?

Objetivo social

Mesmo com essa nova modelagem, a diretoria da Telebras assegura que os principais objetivos do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) estarão sendo atendidos. "Construímos um plano que respeitasse os princípios de reativação da Telebras. O SGDC tem por princípio expandir e massificar a banda larga em todo o território nacional", afirmou o diretor comercial da estatal, Alex Magalhães. Segundo ele, a opção de vender a capacidade para as grandes operadoras se deve ao fato de que a Telebras constatou que não conseguiria fazer sozinha.

A Telebras ganhou a posição orbital 75 W de graça, como condição para o atendimento dos objetivos sociais do governo – de massificar a banda larga e preservar a soberania nacional, com a oferta da banda X para o ministério da Defesa. Segundo a empresa, o satélite já está com 30% de sua capacidade vendida, que é justamente aquela voltada para a Defesa.

O diretor de tecnologia da empresa, Jarbas Valente, por sua vez, assegurou que esse modelo de negócios, além de manter os princípios do PNBL, tem a mesma filosofia defendida pela gestão passada, ainda no governo Dilma Rousseff. "Não muda nada. Na gestão passada, só havia o projeto de instalar banda larga nas



Cb Feitosa / Força Aérea Brasileira

escolas, comprando 60 mil antenas, não havia nada que indicasse que a Telebras fosse atender ao mercado de varejo. Fomos buscar parcerias porque sozinha a Telebras iria vender muito mais caro", afirmou ele.

Segundo Valente, a Telebras irá, com o seu lote, atender governo, escolas e provedores de acesso à internet, se eles quiserem. "Os provedores de acesso continuarão a buscar serviços da Telebras e de outras empresas. Esse modelo implica aumento da competição da banda larga no Brasil", afirmou.

A modelagem do leilão.

Será feita a oferta pública da capacidade da banda Ka, com contrato de vigência de 10 anos. A consulta pública do edital deverá ficar no ar até o dia 10 de março. A intenção da estatal é fazer o leilão no final do mês de março e assinar os contratos no início de abril. O critério de escolha será o maior preço total, e as empresas terão que apresentar garantias para cada uma das fases. Quem comprar o lote 1 só poderá adquirir mais um lote.

A capacidade civil do satélite – com um total de 56 Gbps- será dividida em quatro lotes. Mas apenas três irão a leilão, pois o menor lote – o lote Telebras – estará vinculado à empresa que comprar o lote 1. Essa empresa que adquirir o lote irá fornecer a infraestrutura (serviços de gerenciamento e antenas VSAT) que a Telebras necessitar para vender os seus serviços. Haverá, no edital, uma garantia mínima do que a estatal

irá contratar daquele que vencer o lote 1.

O lote da Telebras terá 11 Gbps. O lote 1, o maior deles, terá 21 Gbps, e os lotes 2 e 3 terão 12 Gbps cada. Segundo Jarbas Valente, as operadoras que arrematarem o leilão terão total liberdade para traçar o seu modelo de negócios – seja vendendo no atacado, seja vendendo banda larga no varejo ou mesmo só vendendo para o mercado corporativo.

Sem metas, sem compromissos de cobertura, sem compromisso de preço baixo para público alvo ou para rincões do país. Mas, garantem os diretores da empresa, esse modelo vai cumprir os princípios do PNBL.

23/02/2017 - Telesíntese

Grupo Telefónica registra queda nos lucros anuais

Apenas operações na Espanha e no Brasil cresceram em 2016. Para cá, executivos projetam continuidade de crescimento, especialmente em dados móveis e ultra banda larga.

O grupo espanhol Telefónica registrou em 2016 lucro líquido de € 2,36 bilhões (equivalente a R\$ 7,66 bilhões), uma queda de 13,6% sobre 2015. A receita reportada caiu 5,2%, para € 52 bilhões. Apenas as operações da Espanha e do Brasil cresceram no período em faturamento. As demais (Alemanha, Reino Unido, Hispano-américa) encolheram.

O OIBDA da empresa, que é o lucro operacional antes de amortizações, impostos e depreciações, cresceu 14,3%, para € 15,11 bilhões. Apenas na Espanha, essa rubrica evoluiu incríveis 91,2%, para € 4,46 bilhões. No Brasil, o OIBDA convertido em euros cresceu 3,9%, para € 3,7 bilhões. As duas operações são quase 66% do resultado total do grupo.

No mundo, a companhia gastou muito menos com investimentos. O Capex caiu 14,7% ano a ano, passando a ser € 8,9 bilhões em 2016. A redução tem relação com menos compras de espectro, especialmente na Europa. No mundo, o grupo terminou o ano com 344,6 milhões de clientes, 272 milhões dos quais, móveis; 8,2

milhões em TV paga, e o restante em telefonia fixa e banda larga.

2017
A companhia afirma que vai reduzir um pouco mais os investimentos neste ano, que serão equivalentes a 16% das receitas – foram de 17% em 2016. A expectativa é melhorar o OIBDA em 1 ponto percentual. As receitas devem permanecer estáveis.

A companhia prevê aproveitar a queda da taxa de juros no Brasil para emitir aqui novos títulos de dívida, conforme afirmou o CFO do grupo, Ángel Vilá, durante conferência com analistas sobre os resultados.

O CEO mundial da Telefónica, José María Álvarez-Pallete, afirmou também que o país tem uma das operações mais sólidas do grupo. “Não temos nenhum indicativo de desaceleração de nossos negócios lá [Brasil]. Na verdade, estamos ampliando a cobertura LTE. Esperamos um crescimento de dois dígitos em dados móveis e em ultra banda larga no país [em 2017]”, afirmou.

23/02/2017 - FNDC

Anatel está preparada para intervir na Oi, diz Kassab

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse na segunda-feira, 20, à Agência Brasil que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já montou uma equipe para intervir na operadora de telefonia Oi, caso seja necessário.

“Nossa expectativa é no sentido de não precisarmos intervir. Mas tenho dito já em várias oportunidades que o governo, através da Anatel, se prepara para intervir – porque é nossa obrigação – caso a situação econômico-financeira da Oi não consiga uma solução, em especial à sua recuperação judicial”, disse o ministro. “Infelizmente, à medida que o tempo passa, e essa solução não aconteça, aumentam as possibilidades de que uma intervenção aconteça”, ressaltou.

Segundo Kassab, o governo fará “tudo o que estiver ao seu alcance para tentar ajudar e apoiar a companhia na solução desse impasse”. Ele frisou, no entanto, que “já foi definido pelo governo que não haverá, em nenhuma hipótese, injeção de recursos públicos na Oi”.

A empresa ajuizou, em junho do ano passado, um pedido de recuperação judicial, com a intenção, segundo ela, de superar “dificuldades financeiras momentâneas e possibilitar que [a companhia] continue desempenhando suas atividades normais, mantendo a prestação de serviços a seus clientes e preservando empregos”.

23/02/2017 - Convergência Digital

Projeto quebra o Marco Civil para dar mais poder ao Ministério Público e à polícia

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5074/16, do Senado, que aumenta o poder do Ministério Público e da polícia na investigação de crimes praticados por meio da internet.

A proposta permite ao delegado de polícia ou ao promotor de Justiça requisitar ao provedor da rede as informações cadastrais de um endereço de protocolo de internet (IP) – que é a identificação do usuário – com o objetivo de identificar o responsável pela prática criminosa.

As informações que podem ser requisitadas limitam-se a qualificação pessoal, filiação e endereço do suspeito. Hoje, o provedor é obrigado a fornecer esses dados somente com autorização de um juiz.

USP

O ministro falou à reportagem da Agência Brasil após reunir-se com o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antonio Zago, na reitoria da universidade, em São Paulo. Segundo a assessoria da USP, no encontro, o ministro e o reitor conversaram sobre a participação da universidade nos programas do ministério.

“A universidade apresentou uma série de importantes investimentos que vão acontecer aqui na USP e, em alguns deles, eles pediram o nosso apoio e a nossa parceria”, disse Kassab, lembrando que, “em algumas semanas”, a USP irá celebrar uma parceria com o Instituto Pasteur, um dos mais importantes centros de pesquisa do mundo, que deverá ter uma sede instalada na universidade paulista. “Teremos o Instituto Pasteur aqui, inaugurando sua primeira unidade no Brasil”, anunciou o ministro.

De acordo com Kassab, sua pasta pretende colaborar com a USP em alguns projetos, apesar da crise. “Os investimentos não são sempre a fundo perdido. Existem os investimentos na forma de financiamento, que tem retorno para o governo federal. E ciência, pesquisa e educação, necessariamente, em qualquer país do mundo, precisam de recurso público para que sejam impulsionadas”.

Ao mesmo tempo, o projeto garante o sigilo das informações recebidas dos provedores, vedando seu fornecimento a terceiros ou a órgãos de comunicação social.

A fim de garantir o fornecimento das informações cadastrais, o projeto estabelece que os provedores de conexão e de aplicações de internet deverão manter pessoal apto para atender às requisições ou determinações judiciais.

Ao apresentar a proposta, o senador Otto Alencar (PSD-BA) destacou que a sociedade e o Estado ficam vulneráveis sem uma legislação adequada que defina meios e instrumentos de investigação de crimes praticados pela internet. Conheça a íntegra do PL.

23/02/2017 - Rede Brasil Atual

Falta trabalho no país para 24 milhões de pessoas, aponta IBGE

Pesquisa do instituto mostra ainda que aumentou o tempo de busca por emprego. Taxa de desemprego é maior para negros e diferença de rendimentos revela um "abismo", diz coordenador

Além dos 12,3 milhões de pessoas consideradas desempregadas no Brasil, há outras 12 milhões que gostariam de estar trabalhando ou têm jornada considerada insuficiente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada hoje (23) pelo IBGE. A chamada taxa de subocupação, que agrega esses dois grupos, atingiu 22,2% no último trimestre de 2016, ante 17,3% em igual período do ano anterior. São 5,8 milhões de pessoas a mais nessa condição.

Os dados do instituto mostram também que o tempo de busca por emprego tem aumentado. "Está mais difícil encontrar trabalho", diz o coordenador de Trabalho e Rendimento do instituto, Cimar Azeredo. Para metade das pessoas, o tempo de duração de procura varia de um mês a um ano, mas a parcela que mais cresce é a dos que procuram há mais de um ano ou mais de dois anos – nesse segundo caso, é um contingente superior a 2 milhões de desempregados.

A taxa média de desemprego no país foi estimada em 12% ao final do quarto trimestre do ano passado, estável frente ao terceiro (11,8%) e maior que no final de 2015 (9%). Entre as regiões, as taxas ficam acima da média no Nordeste (14,4%), no Norte (12,7%) e no Sudeste (12,3%). E abaixo no Centro-Oeste (10,9%) e no Sul (7,7%).



Se o recorte for pelo número de desempregados, o país "ganhou" 3,269 milhões em um ano, para um total de 12,342 milhões, crescimento de 36%. Na região Centro-Oeste, essa alta chegou a 52,7%, com acréscimo de 309 mil. No Norte, aumentou 48,8%, com mais 333 mil desempregados. Na região mais populosa, o Sudeste, esse aumento foi de 31,8%: acréscimo de 1,364 milhão, totalizando 5,654 milhões.

O IBGE aponta diferenças significativas nas taxas de desemprego entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%), comportamento verificado em todas as regiões. As mulheres representam 52,2%

da população em idade de trabalhar (a partir de 14 anos), mas são apenas 43% dos ocupados.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, o desemprego chega a 25,9%. Cai para 11,2% na faixa entre 25 e 39 anos e para 6,9% entre trabalhadores de 40 a 59 anos.

A diferença também é grande quando se compara dados de trabalhadores brancos (taxa de desemprego de 9,5%), pessoas de cor preta (14,4%) e parda (14,1%), conforme a classificação do IBGE. Há um "abismo" no rendimento, afirma o coordenador do IBGE: o rendimento médio dos brancos foi estimado em R\$ 2.660, acima da média nacional, no quarto trimestre (R\$ 2.043). O dos pardos cai para R\$ 1.480 e o dos pretos, para R\$ 1.461.

23/02/2017 - Rede Brasil Atual

Temer reduz índices de conteúdo local em petróleo e gás. Trabalhadores criticam

Governo desestimula o crescimento da indústria nacional e contribui para o desemprego. Metalúrgicos lembram exemplo bem sucedido do Inovar Auto

São Paulo – O governo federal redefiniu ontem (22) as regras de conteúdo local para o setor de petróleo e gás e determinou uma redução média de 50% nos percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país, exigidos em licitações. A decisão é criticada por petroleiros e sindicalistas.

Para exploração em terra, o índice de conteúdo local será 50%. Nos blocos em mar, o conteúdo mínimo será de 18% na fase de exploração, 25% para a construção de poços e 40% para sistemas de coleta e escoamento. Nas plataformas marítimas, o percentual será 25%. Atualmente, os percentuais de conteúdo local são definidos separadamente em cada rodada nos editais que são publicados para chamar os leilões.

Para a Federação Única dos Petroleiros (FUP), reduzir a exigência de conteúdo local significa optar por importar equipamentos que poderiam ser produzidos aqui e que contribuiriam para a alavancar a atividade industrial. "A gente está falando de petróleo, mas vale para mineração, para qualquer setor da indústria. No caso do



Política de conteúdo local foi criada para desenvolver a cadeia industrial em torno da exploração do petróleo

petróleo, é mais necessário ainda uma política de conteúdo local, porque o petróleo acaba", destaca Gisele Vieira, da FUP, em entrevista ao repórter Jô Miyagui, para o Seu Jornal, da TVT.

Os metalúrgicos também defendem a exigência do conteúdo local e dão como exemplo o Inovar Auto, programa que estimulou a produção nacional de peças e equipamentos visando a atingir índices de nacionalização de 57,5% na frota de veículos. "O sucesso foi gigantesco. Quase todas as marcas aderiram ao Inovar Auto", afirma Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Outra demanda dos metalúrgicos, segundo Rafael Marques, é por um programa de renovação da frota. Também calcado na política de conteúdo

local, nos moldes do Inovar Auto, a renovação da frota poderia provocar efeitos positivos na economia superiores ao esperado com os saques das contas inativas do FGTS.



Com Temer, investimentos do governo federal caem 78% em janeiro

Segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (23), os investimentos do governo federal sob o comando de Michel Temer (PMDB) somaram R\$ 1,198 bilhão em janeiro, representando um queda de 78,15%, em termos nominais, ante o total de R\$ 5,487 bilhões registrado em janeiro de 2016, quando a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff governava.

Os números dão um sinal do que está por vir, já que a PEC 55 (agora transformada em Emenda Constitucional 95), congela os investimentos públicos por 20 anos. Com a medida, a execução de gasto deve reduzir ao longo do ano por conta do ajuste fiscal.

As despesas de investimentos fazem parte das discricionárias, que somaram R\$ 12,11 bilhões em janeiro, o que, segundo o órgão, representa uma "execução inferior ao padrão histórico".

Segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, o governo pretende mudar esse quadro ampliando as privatizações e concessões, além de melhoria nos marcos regulatórios para reativar os investimentos no Brasil pela via do setor privado.

"O esforço do governo está sendo organizar frentes de concessões, de melhoria em marcos regulatórios para que a gente possa, de fato, reativar o investimento no Brasil pela via que é a mais relevante do ponto de vista do agregado das contas nacionais", afirmou.

24/02/2017 - Carta Capital

Depoimento de José Yunes reforça delação da Odebrecht contra Temer

Segundo delator, amigo de Temer foi intermediário de propina; agora, ele diz à PGR que recebeu pacote a pedido do hoje ministro Eliseu Padilha

"Fui mula involuntário do Padilha", disse o advogado à Veja, que confirmou sua versão à publicação e também ao jornal Folha de S.Paulo. "Não teria problema nenhum ele [Padilha] reconhecer que ligou para mim para entregar um documento, o que é verdade. Vamos ver o que ele vai falar. Estou louco para saber o que ele vai falar. Ele é uma boa figura. Mas, nesse caso, fiquei meio frustrado. Não sei. É tão simplório. É estranho, não é?", disse Yunes à revista.

Em seu depoimento, Yunes trouxe um elemento novo ao caso contra Temer e Padilha. Segundo o advogado, o mensageiro da Odebrecht era o doleiro Lucio Bolonha Funaro, que te-

ria mencionado, em rápida conversa, financiamento a 140 deputados para "fazer o Eduardo presidente da Casa".

Eduardo era Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deputado federal cassado que de fato foi eleito presidente da Câmara, cargo por meio do qual liderou o impeachment contra Dilma Rousseff (PT). Lucio Funaro é apontado pelo Ministério Público Federal como operador de Cunha e, assim como o ex-deputado, está preso no âmbito da Operação Lava Jato.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/depoimento-de-jose-yunes-reforca-delação-da-odebrecht-contra-temer>

Reforma trabalhista de Temer: Modernizar é precarizar o mundo do trabalho

A reforma trabalhista do governo Temer é composta de propostas "que representam retrocessos em relação às garantias sociais que o Brasil já conquistou". A opinião é do vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, Guilherme Guimarães Feliciano. Por reconhecer a importância do tema e discordar da maneira como o Executivo está conduzindo o processo, a entidade pretende atuar no Congresso Nacional, "não propriamente para barrar essa reforma, mas para estabelecê-la em outros patamares". A começar por uma discussão mais longa, "e não essa discussão a toque de caixa que o governo pretende".

Outro objetivo da Anamatra é tratar de novas relações de trabalho que existam, mas não contam com nenhuma proteção social. "Isso que é modernizar a legislação trabalhista", avalia Feliciano, em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line. "A Anamatra não se nega ao debate, ela quer debater, e o que parece que está havendo no parlamento hoje é uma perspectiva de aprovação a passos céleres, para que quase nada se discuta, e isso nos parece insustentável em uma matéria com essa gravidade."

Feliciano, que é juiz do Trabalho, ressalta que a reforma pretende "relativizar uma série de direitos sociais que têm, inclusive, previsão constitucional e que, portanto, não poderiam, nesses termos, ser relativizados". Na sua visão, é da própria natureza do empresário que ele queira aumentar sua margem de lucros. "Para tanto, ele tem dois caminhos: ou encarece o produto, e isso refletirá negativamente no lado do consumo; ou barateia a produção, e a maneira mais óbvia que se vê hoje é, exatamente, solapar, achatando direitos sociais".

O governo alega que a reforma, sensível ao pleito dos empresários, moderniza a legislação trabalhista. "Quando vem essa discussão de modernização, o que se quer, em grande medida, é a precarização, é retirar direitos", critica Feliciano. Conforme o juiz, o projeto quer "relativizar garantias sociais que são históricas e que são dos modelos clássicos de trabalho. Isso não é modernização; isso é precarização".

Guilherme Guimarães Feliciano é vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra. Professor de Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo - USP, doutor

em Direito Penal e Processual Civil pela USP e pela Universidade de Lisboa. É juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté. É autor de Por um Processo Realmente Efetivo: Tutela Processual de Direitos Humanos Fundamentais e Inflexões do "Due Process of Law" (Editora LTR).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em nota, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra considera a reforma trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer uma "afrenta constitucional". Por quê?

Guilherme Guimarães Feliciano - O que a reforma pretende fazer é relativizar uma série de direitos sociais que têm, inclusive, previsão constitucional e que, portanto, não poderiam, nesses termos, ser relativizados. Por exemplo: a Constituição trata do limite de jornada e estabelece que ele será de oito horas diárias e de 44 horas semanais. Em nenhum ponto na Constituição existe uma limitação ou um padrão por mês, e a reforma fala em 220 horas mensais.

Se considerarmos corretamente esses números, perceberemos que 220 é um número utilizado pela Justiça do Trabalho, geralmente, para efeito de cálculo. Como normalmente temos que calcular horas extras a partir do salário de mensalistas, com isso é preciso saber o valor da hora de trabalho a partir de um valor mensal que o trabalhador recebe, logo precisamos de um divisor - o divisor padrão é 220. O que se fez foi considerar uma semana de 44 horas, que é o limite constitucional, e multiplicar por cinco, com o resultado de 220 horas. É um padrão para achar uma média, mas esse número 220 não está nem na Constituição, nem na lei. O que a reforma pretende fazer é pegar esse número e, então, pela negociação coletiva, pode-se chegar a qualquer jornada, desde que não se excedam 220 horas/mês. Isso é o mesmo que dizer que teremos meses com 35 dias, ou seja, com cinco semanas toda vez, o que é um absurdo. Na verdade, o que a reforma faz, ao contrariar o padrão constitucional, ao inovar em relação ao padrão constitucional, é possibilitar que, pela negociação coletiva, o trabalhador trabalhe mais, sem receber horas extras em relação ao limite constitucional.

Leia mais em:

<http://migre.me/w7BbL>